



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho
Estrada de Muzambinho, Morro Preto, MUZAMBINHO / MG, CEP 37.890-000 - Fone: (35) 3571-5051

OFÍCIO Nº41/2022/SCCC/CGAF-MUZ/MUZ-DAP/MUZ/IFSULDEMINAS

3 de março de 2022

Anexo III - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo: 23346.000133.2022-94
Pregão nº 08/2022 - SRP

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto quantificar, especificar e definir as condições para contratação, mediante sistema de registro de preços para a **"Eventual Prestação de Serviços de Pessoa Jurídica ou Física em Consultas Médicas nas dependências do IFSULDEMINAS-Campus Muzambinho"**, compreendendo todas as providências necessárias para a sua execução, conforme condições e quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os itens abaixo descrito referem-se aos serviços que eventualmente serão contratados, devendo as propostas de preços ser condizentes com o exigido neste documento, considerando-se, ainda, que os serviços deverão guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições descritas neste Termo de Referência.

1.3. O julgamento das propostas será pelo critério do menor preço sobre o valor de referência da cada serviço.

1.4. Órgão gerenciador:

1.4.1 Campus Muzambinho do IFSULDEMINAS – UASG: 158303, situado na Estrada de Muzambinho, Km 35, Bairro Morro Preto, Muzambinho/MG – MG, CEP 37.890-000.

1.5 Órgão Participante:

1.5.1 Não houve participante

1.6. Do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	Valor Unitário (Estimado)	Valor Total (Estimado)	Elemento
01	Eventual Prestação de Serviços de Pessoa Jurídica ou Pessoa Física de Consultas Médicas nas dependências do IFSULDEMINAS-Campus Muzambinho.	consulta	960*	R\$ 146,67	R\$140.803,20	339039 ou 339036

- A CONTRATADA deverá comprovar, na Habilitação, documentos comprobatórios de seu registro e/ou inscrição, conforme o caso, nos Conselho Regional competentes
- (*)Valores referente para 12 (dozes) meses;
- Previsão máxima de 80 (oitenta) consultas/Mês, sendo que o atendimento mínimo será de 24 (vinte quatro) consulta/mês. OBS: O atendimento mínimo não será pago em caso de greve, pandemia, guerra, calamidade

publica ou outras situações que a instituição fique inoperante.

1.7. Muitas vezes, o sistema (SIDEC), através do qual são lançados os produtos constantes no Anexo I do Edital de licitação, para disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores, não possui descrição compatível com a dos produtos a serem adquiridos e por isso são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. Portanto, as propostas deverão ter como parâmetro a descrição completa dos itens constante neste Termo de Referência.

1.8. As descrições constantes na nota fiscal deverão estar conforme descrições deste Termo de Referência.

1.9. O empenho será enviado, preferencialmente, por e-mail; para tanto as empresas devem atualizar suas informações cadastrais no site do SICAF.

2.0. As licitantes vencedoras deverão atender a toda a legislação afeta à área e normas técnicas em vigor correspondentes à manuseio e o transporte dos animais no que refere ao bem estar animal.

2.10. A Cotação de preços unitários e totais, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no MÁXIMO 2 casas decimais após a vírgula (ex: R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Termo de Referência, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o **objeto licitado, incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, deslocamento, combustíveis, EPI, funcionários entrega no local designado, fretes, emissão de Notas Fiscais, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.**

2.11. A participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o edital e seus anexos.

2.12. Está prestação de serviços não gera vínculo empregatício com o IFSULDEMINAS-Campus Muzambinho.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Quais os motivos que geraram a necessidade da aquisição ou contratação?

A contratação visa dar continuidade aos serviços de atenção básica prestada à comunidade escolar, uma vez que estes caracterizam-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a redução de danos e a manutenção da saúde. Ressalto que atualmente a instituição não conta com o cargo de MÉDICO no seu quadro de servidores efetivos e, devido à alta demanda existente, não nos resta outra alternativa de contratar tais serviços se não for por meio de licitação.

2.2. Quais os objetivos, metas e benefícios a serem atendidos?

O principal objetivo é fornecer assistência médica aos discentes, com enfoque nos residentes da moradia estudantil. Estes discentes são provenientes de vários municípios, estados e até de outros países, apresentando variadas condições e problemas de saúde. Ao realizar a contratação do referido profissional, a instituição promoverá melhores condições de acompanhamento, tratamento e encaminhamento dos discentes, bem como garantirá a manutenção do protocolo médico para administração de medicamentos pela equipe de enfermagem, estratégia chave na prestação de assistência no campus. Ademais, o profissional fornecerá consultoria técnica nas diversas situações em saúde que se apresentam frequentemente no campus, além de auxiliar nas ações de promoção à saúde, prevenção de doenças e agravos e auxílio na interpretação de laudos para PCD nos vestibulares

2.3. Justifique os quantitativos solicitados?

Apenas 1 (um) profissional será suficiente para atender as demandas institucionais.

2.4. Quais os impactos do não atendimento?

Caso a demanda não seja atendida haverá grande prejuízo na assistência aos discentes do campus. Não haverá mais possibilidade de administrar medicações no ambulatório, visto que sem autorização médica esta prática torna-se ilegal. Também não serão realizadas consultas médicas, prejudicando a realização de diagnósticos, tratamentos e encaminhamentos.

2.5. Foi considerado aspectos sustentáveis na solicitação? Quais?

Não se aplica à esta solicitação

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 A contratação de Pessoa Jurídica/Pessoa Física para prestação de serviços deste Termo de Referência tem

amparo legal na Lei nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, na Lei 8.078/1990, na Lei Complementar 123/2006, 147/2014 e 155/2016, nos Decretos 5.450/2005, 8.538/2015 e 7.892/2013 e suas alterações, bem como nas demais legislações específicas.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a serem contratados são classificados como comuns e de natureza continuada, conforme art. 1º da Lei nº 10.520/2002.

4.2. São considerados comuns, pois é possível sua definição e de seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado em que se inserem.

4.3. Classificam-se como serviços continuados, porque visam atender uma necessidade pública permanente e contínua, além de um exercício financeiro, para assegurar o funcionamento das atividades finalísticas dos órgãos.

4.4. A contratação será efetuada com adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, regulado pelo Decreto nº 7.892/2013, visto que o seu objeto se enquadra na hipótese estabelecida no inciso I do art. 3º do citado diploma legal.

5. DA PRESTAÇÃO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

5.1 Os serviços de consultas deverão ser realizados no Ambulatório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais- Campus Muzambinho, Estrada de Muzambinho, km 35, Bairro Morro Preto, CEP: 37890-000, Muzambinho/MG.

5.2 O profissional que irá atuar como médico clínico geral deverá possuir registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.

5.3 O IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho fornecerá materiais, equipamentos e insumos para que sejam realizados os serviços, além do espaço necessário para o atendimento.

5.4 Os atendimentos médicos presenciais serão realizados para consultas marcadas e urgências que ocorrem no momento da prestação do serviço. Quando o número de clientes a serem atendidos em consultas onde não há urgência ou emergência for maior do que o número de consultas ofertadas, será priorizado o atendimento dos discentes em regime de internato, seguidos dos demais discentes e pelos servidores/colaboradores do campus (segundo possibilidade apontada pela gestão do campus), respectivamente.

5.5 O agendamento dos atendimentos médicos presenciais serão realizados semanalmente, conforme demanda apresentada, devendo o horário de atendimento ser estabelecido entre o profissional e o responsável pelo ambulatório conforme agendamento prévio, podendo este serviço ser prestado em dois ou três dias por semana.

5.6 Caso seja necessária alguma remoção de cliente durante o período de consulta no ambulatório, o médico deverá fazer o encaminhamento para o hospital ou especialista da área.

5.7 O médico deverá utilizar jaleco (próprio do profissional) e equipamentos de proteção individual (cedidos pela instituição contratante) de acordo com o atendimento/procedimento a ser realizado;

5.8 Realizar diagnósticos em pacientes na tentativa de identificar a enfermidade através dos sintomas apresentados.

5.9 Durante a consulta médica, o profissional deverá conversar com o cliente para ouvir sua história médica, queixas e descrição dos sintomas. Deverá ser utilizado como referência o tempo médio de 15 minutos para cada consulta, conforme orientado pelo Ministério da Saúde. Aceita-se tempo inferior de atendimento, desde que o cliente tenha sua queixa devidamente analisada e não relate insatisfação com o atendimento.

5.10 O médico deverá atender as normas e rotinas pré-estabelecidas pelo profissional responsável pelo ambulatório, observando as necessidades e intervenções conforme a demanda (público alvo).

5.11 Examinar, auscultar e inspecionar o paciente para fazer o diagnóstico;

5.12 Requisitar e analisar exames complementares, laboratoriais e de materiais colhidos;

5.13 Encaminhar pacientes a profissionais de outras especialidades, quando apropriado;

5.14 O médico deverá participar de atividades educativas e de promoção à saúde (palestras conjuntamente com a equipe de enfermagem quando solicitado).

5.15 Manter contato frequente com outros especialistas que sejam necessários no tratamento de determinadas

doenças;

5.16 Realizar ou acompanhar e tratamentos de todos os tipos dentro de sua especialidade;

5.17 Emitir atestados e pareceres;

5.18 Participar junto ao enfermeiro na elaboração e confecção do protocolo de atendimento/ assistência em saúde atendendo a legislação em vigor.

5.19 Prestar assistência a qualquer pessoa em caso de urgência médica;

5.20 Realizar procedimentos clínicos ambulatoriais;

5.21 Zelar pela preservação da saúde e da integridade física dos clientes que procurarem o ambulatório, aplicando recursos da medicina preventiva e terapêutica;

5.22 Comunicar à saúde pública casos de doenças contagiosas.

5.23 Atender aos discentes e servidores (quando houver possibilidade, com definição da gestão do campus) desta instituição, procedendo aos respectivos exames ou atendimentos emergenciais, auscultando, apalpando ou utilizando instrumentos especiais para determinar o diagnóstico;

5.24 Solicitar a realização de análises, interpretar resultados de exames de imagem e laboratoriais;

5.25 Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento (cirúrgico, fisioterápico, testagem para COVID-19, etc), observando sempre as normas previstas do IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho bem como as normas da ANS;

5.26 Manter-se atualizado com as normas da ANS;

5.27 Encaminhar os clientes a outros médicos e a unidades ambulatoriais e hospitalares quando necessário;

5.28 Proceder a pesquisas e estudos sobre matéria médica e médico-administrativa;

5.29 Orientar os Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e demais componentes da equipe de serviços médicos quanto aos procedimentos que forem necessários;

5.30 Fornecer dados para elaboração de estatísticas de interesse médico e médico administrativo orientando sua elaboração de acordo com recomendações superiores;

5.31 Auxiliar no processo de avaliação de laudos médicos enviados para análise de PCD ou outras análises necessárias durante o processo de ingresso dos discentes;

5.32 Participar na execução ou planejamento de atividades de educação em saúde, de natureza diversa, que possam sejam realizadas para a comunidade acadêmica;

5.33 Fornecer orientação/parecer quanto às condutas a serem realizadas frente a demandas emergenciais de saúde no campus, que venham a se apresentar em situações como pandemias, epidemias, surtos, etc;

5.34 Executar outras atribuições e tarefas de natureza compatível e equivalente nível de formação profissional;

6. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

6.1. Não se aplica.

7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

7.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços.

7.3. A verificação da adequação da prestação de serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos

neste Termo de Referência.

7.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

7.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

8.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços.

8.3. A verificação da adequação da prestação de serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

8.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. DOS VALORES

9.1. O preço global estimado pela prestação de serviços é de **R\$ 140.803,20 (CENTO E QUARENTA MIL, OITOCENTOS E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS)**. O contratado terá direito ao **pagamento fixo de 30% do montante** previsto para mês para que as atividades constantes nos itens 5.14, 5.15, 5.17, 5.18, 5.29, 5.305.31, 5.32, 5.33 deste termo de referência sejam mantidas mesmo quando não houver demanda para consultas clínicas presenciais;

9.2 As cotações de preços foram utilizados através do médicos da região e local.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

10.1. De acordo com, § 2, Art. 7º do Decreto nº 7.892/2013: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil", portanto as informações orçamentárias serão informadas no momento da eventual formalização da aquisição dos materiais".

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos e irreajustável no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitações da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

12.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice do reajustamento, o contratante pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha ser o extinto ou de qualquer forma não possa mais, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6 Na ausência de previsão legal quando o índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescentes por meio de Termo Aditivo.

12.7 O reajustamento será realizado por apostilamento.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 O IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO obriga-se a:

- a) solicitar a execução do(s) serviço(s), cujos preços encontram-se registrados na ARP, sendo considerada 1 (uma) unidade de fornecimento a quantidade mínima para efetuar o pedido;
- b) efetuar o pagamento ao fornecedor no valor total, através de nota(s) fiscal(is) dos serviços entregues, se aceitos;
- c) observar para que, durante a vigência da ARP, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- d) efetuar o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da(s) nota(s) fiscal(is), correspondente(s) ao(s) serviço (s) executado(s);
- e) acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da ARP, através de fiscal(is) designado(s) para tal;
- f) recusar serviços que estejam em desacordo com as especificações dos registrados na ARP.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 O FORNECEDOR CONTRATADO/ REGISTRADO obriga-se a:

- a) manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas;
- b) acusar o recebimento do pedido para a execução do serviço, através de fac-símile ou assinatura na cópia do pedido, caso o mesmo seja entregue “em mão”;
- c) Prestar o(s) serviço(s) conforme especificações e preços indicados na licitação supracitada registrados na ARP;
- d) obedecer aos requisitos mínimos de qualidade, conforme a licitação supracitada;
- e) prover e manter condições que possibilitem o atendimento das demandas previstas firmadas a partir da data da assinatura da ARP;
- f) Não alocar para a prestação dos serviços que constituem objeto do presente certame, nas dependências do órgão CONTRATANTE, familiar de agente público que neste exerça cargo em comissão ou função de confiança.
- g.1) É considerado familiar, nos termos do art. 2º, III, do Decreto 7.203/2010, o cônjuge, companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.
- h) Apresentar declaração dos seus funcionários, contratados para prestação dos serviços que constituem objeto do presente certame, que possuem relação de parentesco com algum agente público desta Instituição, informando, ainda, qual o grau de parentesco.
- i) ressarcir os eventuais prejuízos causados à IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;
- j) responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações, e quaisquer outras que forem devidas ao(s) seu(s) empregado(s), referentes à execução do objeto, ficando, ainda, a IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;
- k) pagar pontualmente, seus fornecedores e suas obrigações fiscais, relativas ao contrato, com base na ARP, exonerando a IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
- l) substituir no total ou em parte o serviço em que se verificar vícios ou que esteja em desacordo com o estabelecido no Edital e seus anexos, ficando, a IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO, isenta de qualquer responsabilidade sobre o custeio dessa correção.
- m) Todos os dispositivos deste termo de referência e do Contrato deverão ser seguidos rigorosamente.
- n) O médico responsável pela prestação do serviço deverá confeccionar e elaborar protocolo de administração de medicamentos do ambulatório do IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho, conjuntamente com o enfermeiro para que após a avaliação do cliente seja dispensada a medicação indicada conforme sintomatologia nos dias e nos horários de atendimento.
- o) O preposto da CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre informações colocadas à sua disposição pela IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho, ficando proibida de divulgá-las à terceiros;

- p) A CONTRATADA deverá observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.
- q) Os serviços deverão ser prestados em observância às normas e disciplinas estabelecidas pela CONTRATANTE, atendendo imediatamente todas as determinações do IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho.
- q1) Conduzir seus trabalhos em harmonia com as atividades da CONTRATANTE de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços e horários estabelecidos em normas internas, nem quaisquer ônus relativos ao uso de recursos materiais ou humanos.
- q2) Obrigar-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando a CONTRATANTE.
- r) O preposto da CONTRATADA terá a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao Representante da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento dos serviços, e tomar as providências necessárias para que sejam corrigidas todas as falhas apontadas.
- s) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observando as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações.
- t) Os funcionários envolvidos na prestação dos serviços deverão estar devidamente uniformizados e identificados através de crachás, além de fazerem uso de EPI's (equipamentos de proteção individual) se necessário.
- u) Para a execução dos serviços a contratada deverá ter em mãos Ordem de Serviço emitida pelo IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho.
- v) A contratada será a única responsável pela execução dos serviços, devendo garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas, sob pena de responsabilidade.
- x) Todos os contatos de ordem técnica deverão ser feitos com o Enfermeiro responsável pelo Ambulatório do IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho.
- 10.15 Todos os dispositivos do Termo de Referência e do Contrato deverão ser seguidos rigorosamente.
- z) Manter regularmente os serviços solicitados e o número de consultas marcadas deverão ser realizadas no dia em foi marcada não podendo ocorrer o cancelando sem motivo aceito pelo IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho.
- z1) A contratada deve através de seu preposto, bem como as pessoas que irão executar os serviços, objeto deste edital, zelar pelo patrimônio público;
- z2) As questões não previstas neste Edital serão resolvidas pela Comissão Julgadora, com base estipulado no edital, Lei 8.666/93, assim como nos princípios gerais de direito público, mormente aqueles estabelecidos no artigo 37 da Constituição Federal.

15. DOS CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1 O objeto será aceito após a verificação, pela fiscalização do contrato, do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes do contrato, e dos demais documentos integrantes do processo de contratação, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

16. DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, a cargo do fiscal de contrato.

16.2 O recebimento, provisório ou definitivo, do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

16.3 O recebimento provisório será realizado pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, ou pela equipe de fiscalização.

16.4 Ao final de cada período mensal, o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório e em seus anexos.

16.5 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 17.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 17.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 17.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou
- 17.1.5 cometer fraude fiscal.

17.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2 Multa de:

17.2.2.1 0,4% (quatro décimos por cento) até 0,8% (oito décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.2 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.2.3 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas A e B, abaixo; e

17.2.2.5 0,10% (um décimo por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento).

17.2.2.5.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.2.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.2.2.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.2.3 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

17.2.3.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa nos subitens 17.1.1 a 20.1.5 deste Termo de Referência.

17.2.4 As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA conjuntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.2.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas A e B:

TABELA A

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA B

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Por ocorrência.	05
2	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização. Por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
3	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador. Por ocorrência.	02
4	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador. Por ocorrência.	03
5	Adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental quando comparados a outros similares, quando for o caso. Por ocorrência.	02
6	Substituir bens ou materiais que não atendam aos requisitos de qualidade anteriormente requeridos. Por ocorrência.	04
7	Não utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato, quando for o caso. Por ocorrência.	04
8	Descumprir os prazos estabelecidos neste Termo de Referência, seja para atendimento de pedidos, seja para entrega. Por ocorrência.	05

17.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo para apuração de responsabilidade, em que se assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e, subsidiariamente, o que dispõe a Lei nº 9.784, de 1999.

17.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da sanção, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.5 Cada infração equivale a uma ocorrência.

17.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

18.1 Conforme preceitua o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil, incerta ou impossível reparação.

19. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo setor Requisitante, auxiliado pelo “Setor de Compras, Contratos e Convênios”, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, e, com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação do Diretor Geral.

Muzambinho(MG), 03 de março de 2022.

Zélia Dias de Souza
Diretora de Administração e Planejamento

Renato Aparecido de Souza
Diretor Geral

Documento assinado eletronicamente por:

- Renato Aparecido de Souza, DIRETOR GERAL - CD2 - MUZ, em 03/03/2022 14:32:51.
- Zelia Dias de Souza, DIRETOR - CD3 - MUZ - MUZ-DAP, em 03/03/2022 13:53:28.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/03/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 225109

Código de Autenticação: 6ec3faffa1



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais